STJ00094447

Sumário

Apresentação 19

1. A Evolução Histórica da Seguridade Social 21
1.1. Origem do Direito Previdenciário 21
1.2. Evolução da Proteção Social no Mundo 23
1.3. Evolução da Proteção Social no Brasil: Assistência Social e Previdência do Estado 27
1.4. Fases da Evolução Histórica da Previdência Social 56
1.5. Períodos da Seguridade Social no Brasil 57
1.6. Questões 59

2. Fontes da Seguridade Social 60
2.1. Fontes do Direito Previdenciário Brasileiro 60
2.2. Fontes Principais 61
2.2.1. Fontes Subsidiárias Indiretas ou Atos Administrativos Normativos 71
2.2.2. A Jurisprudência como Fonte do Direito Previdenciário 76
2.3. Notas e Observações Importantes 78
2.4. Questões 78

3. Interpretação das Leis Previdenciárias 79
3.1. Interpretação das Leis Previdenciárias 79
3.2. Questões 81

4. Princípios de Seguridade Social 82
4.1. Conceito de Princípio 82
4.2. Princípios Doutrinários de Direito Previdenciário 83
4.2.1. Obrigatoriedade de Filiação 84
4.2.2. Princípio da Solidariedade 84
4.2.3. Princípio da Unicidade 88
4.2.4. Princípio da Compreensibilidade 89
4.2.5. Princípio da Automaticidade das Prestações 89
4.2.6. Princípio da Imprescritibilidade do Direito ao Benefício 91
4.2.7. Princípio da Expansividade Social 91

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094447

4.2.8. Princípio do *in dubio pro operario* 91
4.3. Princípios e Regras Constitucionais 93
4.3.1. Universalidade de Cobertura e do Atendimento 94
4.3.1.1. Diferença entre Risco Social e Contingência Social ... 94
4.3.2. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais 94
4.3.3. Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços 96
4.3.4. Irredutibilidade do Valor dos Benefícios 97
4.3.5. Equidade na Forma de Participação no Custeio 103
4.3.6. Diversidade da Base de Financiamento 104
4.3.7. Caráter Democrático e Descentralizado da Gestão do Sistema 104
4.3.8. Regra da Contrapartida (ou da Precedência de Custeio) 107
4.3.9. Regra Nonagesimal ou da Trimestralidade na Cobrança das Contribuições Previdenciárias 110
4.4. Questões 110

5. Conceito de Seguridade Social 111
5.1. Conceito Doutrinário 111
5.2. Do Direito à Saúde (Arts. 196 a 200 da CF) 115
5.2.1. Auxílio-Reabilitação Psicossocial 126
5.3. Do Direito à Previdência Social (Art. 201 e 202 da CF/88) 127
5.4. Do Direito à Assistência Social (Art. 203 e 204, CF/88 e Lei 8.742/93 – LOAS) 128
5.4.1. Do Financiamento da Assistência Social 134
5.5. Questões 144

6. Direito Previdenciário: Previsões Constitucionais, Finalidade, Autonomia Científica, Natureza Jurídica e Relação com os outros Ramos do Direito 145
6.1. Previsões Constitucionais 145
6.2. Finalidade do Direito Previdenciário 146
6.2.1. Prestações Previdenciárias 146
6.3. O Direito Previdenciário como Direito Público Subjetivo 147
6.4. Autonomia do Direito Previdenciário 148
6.5. Natureza Jurídica 149

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.6. A Previdência Social e os Outros Ramos do Direito 149
6.7. Questões 152

7. Regimes Previdenciários 153
7.1. Regimes Previdenciários: regime geral, regimes especiais e regime complementar 153
7.2. Previdência Privada 154
7.2.1. Características da Previdência Privada 154
7.2.2. Elementos da relação jurídica de Previdência Complementar 155
7.2.3. Entes de regulação (normatização) e fiscalização na Previdência Privada 157
7.2.4. Conceitos básicos de previdência privada 159
7.2.5. Tipos de planos previdenciários: benefício definido, contribuição definida e misto 160
7.2.6. Liquidação das entidades de previdência privada 162
7.2.7. Do caráter profissional da gestão e do regime disciplinar 162
7.3. Regime Militar 163
7.4. Regime Especial dos Parlamentares 163

8. Benefícios – Conceitos Básicos da Relação 164
8.1. Beneficiários da Previdência Social 164
8.1.1. Dos segurados obrigatórios 165
8.1.2. Segurados Facultativos 181
8.1.3. Dos Dependentes 184
8.1.3.1. Da presunção de dependência econômica 190
8.1.3.2. Do companheiro(a): enquadramento da expressão legal 193
8.1.3.3. Da separação de fato 194
8.1.3.4. Do Concubinato 195
8.1.3.5. Do menor sob guarda como equiparado a filho para efeitos previdenciários 197
8.1.3.6. Regras de dependência previdenciária 197
8.1.3.7. Da inscrição do dependente previdenciário 198
8.1.3.8. Da perda da qualidade de dependente 198
8.2. Filiação e inscrição dos segurados 202
8.3. Da Manutenção e da Perda da Qualidade de Segurado 204
8.3.1. Do período de graça 204

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

8.3.2. Do período mínimo de contribuição após nova vinculação ao sistema 207
8.4. Período de Carência 208
8.5. Renda Mensal do Benefício 214
8.5.1. Percentuais Aplicáveis aos Benefícios 216
8.5.2. Salário de Benefício 216
8.5.2.1. Período Básico de Cálculo (P.B.C.) 217
8.5.3. Fator Previdenciário 219
8.5.3.1. A concepção do fator previdenciário 222
8.5.3.2. O fator previdenciário e os direitos adquiridos 223
8.5.3.3. O fator previdenciário e o princípio da solidariedade 225
8.5.3.4. Perdas e ganhos com o fator previdenciário 225
8.5.4. Regra de Transição do Fator Previdenciário 228
8.5.5. Decisão judicial acerca do fator previdenciário 228
8.6. Das Prestações em Geral 229
8.6.1. Prestações Previdenciárias: Benefícios e Serviços 229
8.6.2. Acumulação de Benefícios 231
8.7. Regras de Proteção dos Benefícios Previdenciários 232
8.8. Benefícios Previdenciários à Luz da Teoria da Norma Jurídica 235
8.8.1. Antecedente Normativo 235
8.8.2. Consequente Normativo 236
8.9. Questões 238

9. Aposentadoria por Tempo de Contribuição 239
9.1. A Aposentadoria por Tempo de Contribuição e a EC nº 20/98 (Arts. 52 a 56, da Lei nº 8.213/91, e Arts. 56 a 63, do Decreto nº 3.048/99) 239
9.2. Risco Analisado 242
9.3. Tempo de serviço baseado em início de prova material 242
9.4. Tempo de serviço e Sentença Trabalhista 243
9.5. Questões 249

10. Aposentadoria por Idade 250
10.1. Denominação e Risco Coberto (Arts. 48 a 51 da Lei nº 8.213/91) 250
10.2. Origem da Proteção 251

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

10.3. Carência 252
10.4. Aposentadoria Compulsória 253
10.4.1. Aposentadoria compulsória e os notariais 254
10.5. Aposentadoria e Extinção do Contrato de Trabalho 255
10.6. Questões 259

11. Aposentadoria por Invalidez 260
11.1. Risco Protegido (Arts. 42 a 47 da Lei nº 8.213/91) 260
11.2. Definição de Incapacidade Laboral 260
11.3. Conceito de Invalidez Previdenciária 261
11.4. Doença Preexistente e Relação Jurídica Previdenciária 264
11.5. Da Mensalidade de Recuperação 266
11.6. Carência 267
11.7. Período de Espera 267
11.8. Análise da Norma Jurídica 267
11.9. Grande Invalidez ou Invalidez Maior 270
11.10. Suspensão da Aposentadoria por Invalidez 272
11.11. Da Perícia Administrativa 273
11.12. Do acompanhamento durante o ato da perícia médica 275
11.13. Da aposentadoria do exercente de cargo eletivo, em especial do vereador – análise acerca da (in) compatibilidade do exercício do cargo eletivo e a percepção da aposentadoria por invalidez 275
11.14. Questões 282

12. Aposentadoria Especial 283
12.1. Regras Gerais (Arts. 57 a 58 da Lei nº 8.213/91) 283
12.2. Fundamentos Legais 289
12.3. Natureza Jurídica 289
12.4. Objeto da Proteção 290
12.5. Carência 290
12.6. Análise da Norma Jurídica 290
12.7. Do Uso de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI) 297
12.8. Questões 308

13. Auxílio-Doença 309
13.1. Carência 310

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094447

13.2. Análise da Norma Jurídica 310

14. Salário-Família 317
14.1. Natureza Jurídica 317
14.2. Carência 317
14.3. Análise da Norma Jurídica 317

15. Salário-Maternidade 322
15.1. Carência 323
15.2. Análise da Norma Jurídica 325
15.3. Da Estabilidade da Gestante 332

16. Auxílio-Acidente 335
16.1. Carência 336
16.2. Análise da norma jurídica 336

17. Das Pensões 339
17.1. Pensão por morte 339
17.1.1. Carência 339
17.1.2. Análise da Norma Jurídica 340
17.2. Pensão Especial às Vítimas de Hemodiálise de Caruaru 347
17.3. Pensão Especial para os Portadores da Síndrome da Talidomida 348
17.4. Pensão Mensal Vitalícia aos Seringueiros 350
17.5. Pensão Especial devida às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internações compulsórios 351

18. Auxílio-reclusão 355
18.1. Carência 355
18.2. Análise da Norma Jurídica 355

19. Seguro-Desemprego 362
19.1. Aspectos Gerais 362
19.2. Classificação do Desemprego 362
19.3. Evolução Histórica e Legislativa da Proteção aos Desempregados no Brasil 363
19.4. Direito de Fruição 370

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

19.5. Período Aquisitivo 372
19.6. Hipóteses de Suspensão e Cancelamento do Benefício 374
19.6.1. Abono Anual 376
19.6.2. Bolsa de Qualificação Profissional 377
19.7. Auxílio-Desemprego Emergencial 377
19.8. Seguro-desemprego durante o Período de Defeso 379
19.9. Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado da Condição Análoga à de Escravo 380
19.10. Justiça Competente 380

20. Abono Anual ou Gratificação Natalina 382

21. Serviços Previdenciários 383
21.1. Habilitação e Reabilitação Profissional 383
21.1.1. Natureza Jurídica 383
21.2. Serviço Social 384
21.2.1. Natureza Jurídica 385
21.2.2. Finalidade 385
21.2.3. Instrumentos Técnicos do Serviço Social: Parecer Social, Recursos Materiais e Pesquisa Social 385
21.3. Questões – Cap. 12 a 20 387

22. Decadência e Prescrição das Prestações Previdenciárias 388
22.1. Benefícios Previdenciários e Acidentários Extintos 390
22.1.1. Dos Pecúlios 390
22.1.2. Do Abono de Permanência em Serviço 392
22.1.3. Do Auxílio-Natalidade 392
22.1.4. Da Renda Mensal Vitalícia 393
22.1.5. Do Auxílio-Funeral 394
22.1.6. Auxílio-Suplementar 395

23. Acidente do trabalho 397
23.1. Fundamento da Tutela 397
23.2. Risco Coberto 397
23.3. Origem da Proteção 398
23.4. Doutrinas Aplicáveis na Indenização do Infortúnio e seus Reflexos na Legislação 399
23.5. Conceito de Acidente do Trabalho 403

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

23.5.1. Requisitos para existência 404
23.5.2. Classificação Doutrinária das Espécies de Acidente do Trabalho 412
23.6. Estudo do Acidente do Trabalho à Luz da Teoria da Norma Jurídica 417
23.7. Custeio das Prestações Acidentárias 423
23.8. Estabilidade Provisória do Acidentado 424
23.9. Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) 425
23.10. Questões 431

24. Custeio da Seguridade Social 432
24.1. Da Natureza Jurídica das Contribuições Sociais 432
24.1.1. Teorias acerca da natureza jurídica das contribuições sociais 434
24.2. Classificação Constitucional dos tributos – das espécies tributárias 437
24.3. Financiamento da seguridade social 438
24.3.1. Do financiamento direto 439
24.3.2. Do financiamento indireto 439
24.3.3. Da receita de concursos de prognósticos 441
24.4. Da competência residual 444
24.5. Imunidade em relação às contribuições previdenciárias: previsões constitucionais e infraconstitucionais 444
24.5.1. Da necessidade ou não de os requisitos indispensáveis à imunidade serem veiculados através de lei complementar ou ordinária 447
24.5.2. Dos requisitos para imunidade das contribuições previdenciárias 449
24.5.2.1. Dos requisitos específicos para certificação das entidades de saúde 450
24.5.3. Do Reconhecimento e da Suspensão do Direito à Imunidade 456
24.5.4. Do Prazo de Validade do Certificado de Entidade Beneficente de Assitência Social (CEBAS) 457
24.5.5. Dos Pedidos de Concessão e Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) 458
24.5.6. Do Cancelamento da Imunidade e seus Efeitos 460

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

24.6. Eficácia e vigência das leis de custeio previdenciário (art. 195, § 6º da Constituição Federal) – da regra da anterioridade nonagesimal aplicável às contribuições sociais 460
24.7. Sistemas de Financiamento 461
24.8. Do Plano de Custeio da Seguridade Social 463
24.9. Questões 464

25. Relação Jurídica de Custeio e Deveres Instrumentais 465
25.1. Relação Jurídica de Custeio 465
25.2. Obrigação Previdenciária de Custeio Principal e Acessória 466
25.3. Deveres Instrumentais 467
25.4. Consequências do Descumprimento dos Deveres Instrumentais 469
25.4.1. Consequências Administrativas 469
25.4.2. Consequências Civis 470
25.4.3. Consequências empresariais 471
25.4.4. Consequências Tributárias 471
25.4.5. Consequências Penais 471

26. Crimes previdenciários 472
26.1. Divulgação de segredo 474
26.2. Falsificação de documento público 474
26.3. Previsão de crimes eletrônicos 474
26.4. Crime de inserção de dados falsos em sistema de informação 475
26.5. Crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informação 475
26.6. Crime de violação do sigilo funcional 475
26.7. Inserção de dados falsos ou modificação em sistema de informações 475
26.8. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações 477
26.9. Apropriação indébita previdenciária – art. 168-A 478
26.10. Sonegação de contribuição previdenciária 481
26.11. Estelionato 482

27. Contribuições Previdenciárias em Geral 485
27.1. Contribuições dos Segurados Empregados, Empregados Domésticos e Trabalhadores Avulsos 485

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

27.2. Contribuição dos Segurados Contribuintes Individuais e Facultativos 488
27.2.1. Contribuição do empregador doméstico 494
27.3. Contribuições da Empresa 494
27.3.1. Análise da Norma Jurídica da COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Lei Complementar nº 70/91 498
27.3.2. Contribuição para o PIS/PASEP 505
27.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) 508
27.4. Contribuições de Terceiros 512
27.4.1. Conceito 512
27.5. Do SIMPLES Nacional 520
27.6. Contribuição Previdenciária dos Clubes de Futebol 526
27.7. Renúncia Fiscal 528
27.8. Bases de Incidência e Não Incidência da Contribuição Previdenciária 529
27.9. Questões 532

28. Prova de Inexistência de Débito – da Certidão Negativa de Débito 533

29. Decadência e Prescrição 536
29.1. Decadência e Prescrição das contribuições previdenciárias 536
29.2. Decadência 537
29.3. Prescrição 537
29.3.1. Conceito 537
29.3.2. Causas de interrupção da prescrição 538
29.3.3. Causas suspensivas da prescrição 540
29.4. Hipótese de Indenização acrescida pelo Art. 45-A da Lei nº 8.212/91 540
29.5. Regras e Prazos para Apuração e Constituição dos Créditos Previdenciários 542
29.6. Obrigação Acessória 542
29.7. Evolução Histórica dos Institutos no Âmbito das Relações Jurídicas de Custeio Previdenciário 542
29.8. Quadro-Síntese da evolução histórico da decadência das contribuições previdenciárias 544
29.9. Questões 545

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

30. Do Processo Administrativo de Benefício e de Custeio 546
30.1. Do Processo Administrativo de Benefício 552
30.2. Do Processo Administrativo Fiscal 566
30.2.1 Do contencioso administrativo fiscal 572
30.3. Compensação e Restituição de Contribuições Previdenciárias 592

31. Justificação Judicial e Administrativa 596

32. Particularidades da Lei de Execuções Fiscais 598

33. Retenção das Contribuições Previdenciárias 600

34. Ação Regressiva em Ação Acidentária 609
34.1. Ação Regressiva em Ação Acidentária 609
34.2. Questões 616

35. Ações Ordinárias de Custeio 617
35.1. Ação Declaratória 617
35.2. Ação de Repetição do Indébito 618
35.3. Prazo para Interposição 619
35.4. Procedimento 621
35.5. Antecipação dos Efeitos da Tutela nas Ações de Repetição 621
35.6. Questões 624

36. O Direito Adquirido e as Relações Jurídicas Previdenciárias (Lei nº 8.213/91) 625

37. Aspectos Processuais 630
37.1. Ações Previdenciárias 630
37.1.1. Competência Previdenciária 630
37.1.2. Do ajuizamento da ação judicial e o processamento do recurso administrativo 632
37.1.3. Do prévio requerimento administrativo – discussões acerca da sua necessidade ou desnecessidade em matéria previdenciária 632
37.1.4. Da classificação das ações previdenciárias 633
37.2. Da Petição Inicial 635

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

STJ00094447

37.3. Das Custas e Honorários 636
37.4. Comentários à Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 637
37.5. Das Ações Revisionais 642
37.5.1. Ação Revisional de Alíquota do Benefício Pensão por Morte 653
37.6. Execução Trabalhista 654
37.6.1.Contribuições de Terceiros 665
37.6.2. Do Parcelamento das Contribuições Previdenciárias Decorrentes de Decisões Trabalhistas 666
37.6.3. Contratos Nulos e Incidência Previdenciária 667
37.7. Tutelas de urgência e Mandado de Segurança nas Ações de Benefícios 669
37.7.1. Os Juizados Especiais e Antecipação da Tutela 673
37.7.2. A Tutela Antecipada e a Fazenda Pública 673
37.7.3. A Antecipação da Tutela e as Ações Previdenciárias 674
37.7.4. Medidas Cautelares (Art. 796 e ss. do CPC) 675
37.7.4.1. As Cautelares e o Direito Previdenciário 676
37.7.4.2. Da Devolução ou Não dos Valores Decorrentes de Tutelas de Urgência Cassadas ou Revogadas 677
37.7.4.3. Mandado de Segurança Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 678
37.8. Desaposentação 683

38. Dos Regimes Próprios de Previdência Social – A Previdência Social dos Servidores Públicos 688
38.1. Proteção previdenciária do servidor público 688
38.2. Natureza Jurídica dos regimes de previdência complementar dos servidores públicos 700

39. Orientações para Elaboração de um Parecer 702

Respostas às Questões 704
Bibliografia 713
Súmulas em Matéria Previdenciária 723

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br